

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE Nº **20.165.2015-40-TCE**

ENTIDADE: Companhia Industrial de Laticínios do Acre - CILA

NATUREZA: **Prestação de Contas**

OBJETO: Prestação de Contas Companhia Industrial de Laticínios do Acre – CILA, exercício de 2014.

RESPONSÁVEL: **Hedilberto Saraiva Gomes – Diretor Presidente da CILA, à época.**

PROCURADOR:

RELATOR: **Cons. José Augusto Araújo de Faria**

## ACÓRDÃO Nº 10.499/2017

### PLENÁRIO

**EMENTA:** Prestação de Contas. Companhia Industrial de Laticínios - CILA. Por unanimidade. Irregularidade. Aplicação de **Multa Sanção** ao Diretor Presidente à época. Aplicação de **Multa Sanção** ao Contador à época. **Comunicação** do apurado ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC/AC. **Divergiram, em parte**, o Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro e a Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo, que votaram pela inaplicabilidade da multa. **Arquivamento** do processo.

**Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, por unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro- Relator José Augusto Araújo de Faria: 1) Pela emissão de Acórdão, considerando IRREGULAR a Prestação de Contas da Companhia Industrial de Laticínios do Acre - CILA, exercício orçamentário e financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor HEDILBERTO SARAIVA GOMES – Diretor Presidente à época, com fulcro na alínea “b”, do inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, em face de grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; 2) Pela aplicação de multa sanção ao Senhor HEDILBERTO SARAIVA GOMES – Diretor Presidente à época, com fundamento no art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais), ante aos fatos noticiados quanto: A) excesso de endividamento da Companhia (pois a empresa registrou um prejuízo no exercício de R\$ 3.096.746,75 com destaque para despesas financeiras com juros, que subiu de R\$ 325.635,20 em 2013, para R\$ 3.204.424,29 em 2014)**

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

visto à (fl. 24), dos autos – que culminou com a interrupção de suas finalidades institucionais (fls.38/39); **B) ausência de extrato bancário**, como documento hábil para comprovação do saldo em Conta Corrente e/ou de aplicação financeira (embora a Companhia não registre quaisquer valores no Ativo Circulante), (fl.19) e registrado à (fl. 39), dos autos; **C) pagamento de diárias** a servidores da Companhia, que se encontra inoperante com relação às suas atividades institucionais (fls. 40/41); **D) ausência de criação** do Sistema de Controle Interno, descumprindo o que determina o art. 23 da Constituição Estadual, arts. 31 a 74 da Constituição Federal e a Resolução-TCE/AC nº 076/2012 (fl. 46); **E) não encaminhamento** das Atas das Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias, bem como das publicações respectivas no Diário Oficial do Estado, **infringindo** a determinação constante do art. 132, da Lei Federal nº 6.404/76 (fl. 47); **3) Pela aplicação de multa sanção** ao Senhor **MANOEL WANES MACHADO PERES DA SILVA** – Contador CRC/AC nº 000092205, com fundamento no art. 89, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil quinhentos e setenta reais), responsável pela geração e encaminhamento das informações em meio eletrônico, em razão dos fatos noticiados configurarem grave infringência à norma legal, em face dos seguinte itens: **a) ausência** no “Balanço Patrimonial” (fl.19), da Conta “Almoxarifado”, que registra saldo contábil de **R\$ 229,27** conforme se observa do Anexo XIV da PCA Eletrônica (fl.37); **b) incompatibilidade** entre o valor registrado da conta “Depreciação – Construções Cruzeiro do Sul” (**R\$ 217.979,79**) redutora no Balanço Patrimonial, quando comparado com o valor escriturado na conta “Imobilizado – Construção em Andamento Cruzeiro do Sul” (**R\$ 215.485,29**) Balanço Patrimonial e Balancete Demonstrativo às (fls. 19 a 21), (fls. 37/38 e 64); **c) não identificação** de todos os sócios da Companhia, que registra a titularidade de **18,02%** de seu capital social como “Diversos Produtores” (Anexo XX da PCA), à (fl. 41); **d) ausência de escrituração** de Bens Imóveis, no Inventário de respectivo (Anexo XIII, da PCA), embora o Balanço Patrimonial (fl. 19), registre valores nas contas “Prédios” (**valor registrado de R\$ 558.048,17**) e “Terrenos” (**valor registrado de R\$ 165.255,51**), vistos às (fls.43/44). **Divergiram, em parte,** o Conselheiro RONALD

Processo TCE nº 20.165.2015-40-TCE - Acórdão nº 10.499/2017 Pág. 2 de 3

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

POLANCO RIBEIRO e a Conselheira DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO, que votaram pela **inaplicabilidade** da multa esculpida no art. 89, inciso II, da LCE nº 38/93; **4) Pela comunicação** do apurado nos itens **1, 2, 9 e 10** do Parecer do **Ministério Público de Contas**, ao **Conselho Regional de Contabilidade – CRC/AC**, para as providências que entender adotar, quanto a conduta do profissional sujeito à sua jurisdição. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** do feito.

Rio Branco – Acre, 05 de outubro de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Presidente do TCE/AC

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Relator

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

**MARIO SERGIO NERI DE OLIVEIRA**  
Procurador do MPE/TCE/AC